

ANEXO

BASES PARA UMA CARTA CULTURAL IBERO-AMERICANA

Os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos, considerando as conclusões da VIII Conferência Ibero-Americana da Cultura, que teve lugar em Córdoba (Espanha), concordam, num quadro de solidariedade e de cooperação, com o início da elaboração de uma Carta Cultural Ibero-Americana que dê prioridade, como âmbitos de aplicação, aos direitos culturais, ao património cultural e natural, material e imaterial, às indústrias culturais, e aos vínculos da cultura com desenvolvimento, educação e formação, inovação, economia, emprego, ambiente, turismo, ciência, tecnologia e os meios de comunicação, e que defenda os seguintes princípios e objectivos:

- Afirmar o valor central da cultura como base indispensável do desenvolvimento integral do ser humano e da coesão social dos povos ibero-americanos;
- Impulsionar um desenvolvimento cultural integrador que contribua para superar a pobreza e a desigualdade;
- Promover e proteger as identidades culturais ibero-americanas, incluindo, entre outras, as indígenas e as afrodescendentes, e as diversas línguas e tradições que as constituem e enriquecem, bem como as suas capacidades criativas;
- Estimular o diálogo intercultural entre as culturas da Ibero-América e as demais culturas do planeta;
- Fomentar a protecção e a divulgação do património cultural e natural, material e imaterial ibero-americano;
- Incentivar e proteger as criações do espírito, representadas nas obras científicas e culturais, presumindo que o respeito dos direitos de autores individuais e colectivos podem gerar desenvolvimento e bem-estar nas nações;
- Reforçar, nos sistemas educativos da região, o conhecimento e a valorização da História e da diversidade cultural ibero-americana;
- Adoptar medidas que visem aumentar a diversidade cultural nos meios de comunicação social dos nossos países;
- Reconhecer a riqueza do contributo dos migrantes para a interculturalidade entre os nossos países;
- Fortalecer as indústrias culturais dos nossos países através do apoio económico e do fomento da produção de conteúdos culturais e das estruturas de distribuição de actividades, bens e serviços culturais no nosso espaço cultural, dando especial ênfase, este ano em que se celebra o Ano Ibero-Americano da Leitura, à promoção do livro e da leitura;
- Facilitar acordos de co-produção e co-distribuição de actividades, bens e serviços culturais entre os nossos países, e especialmente no âmbito audiovisual, nas áreas do cinema e da televisão;

- Valorizar o respeito, a manutenção e a protecção dos conhecimentos, inovações e práticas das comunidades tradicionais, indígenas e afrodescendentes, e a distribuição equitativa dos benefícios da sua utilização.
- Facilitar o diálogo e a cooperação ibero-americana sobre políticas culturais e apoiar as alianças entre o sector público e o privado, em prol da diversidade de expressões culturais.
- Estimular a participação da sociedade civil, reconhecendo o seu papel essencial no fortalecimento da cultura ibero-americana, através do estabelecimento de bases normativas e institucionais que facilitem essa participação em todas as suas manifestações;
- Promover a troca de experiências bem sucedidas para a capacitação e a gestão de políticas culturais no sector público, bem como a utilização das novas tecnologias e intercâmbios de informação, que reforcem os sectores culturais dos nossos países.

COMUNICADOS ESPECIAIS

- Comunicado especial sobre os desastres ocasionados pelo furacão Stan
- Comunicado especial sobre a troca da dívida externa por investimento em educação
- Comunicado especial sobre a violência contra as mulheres e a equidade de género
- Comunicado especial de Apoio e Cooperação para com os países de Renda Média, com o fim de promover o seu desenvolvimento e o cumprimento das Metas do Milénio
- Comunicado especial sobre a situação na Nicarágua
- Comunicado especial sobre a Iniciativa Água para a Vida
- Comunicado especial de apoio à luta contra o terrorismo
- Comunicado especial sobre a necessidade de por fim ao embargo económico, comercial e financeiro imposto pelo Governo dos Estados Unidos da América a Cuba, incluindo a aplicação da chamada Lei Helms-Burton
- Comunicado especial sobre a questão das Ilhas Malvinas
- Comunicado especial sobre o processo de integração na América Latina e nas Caraíbas
- Comunicado especial sobre o apoio às negociações entre a UE e a América Central e Comunidade Andina
- Comunicado especial sobre a difusão e promoção de expressões ibero-americanas
- Comunicado especial sobre o Haiti
- Comunicado especial de apoio às iniciativas de alfabetização para conseguir o ensino primário universal
- Comunicado especial de apoio ao fortalecimento do processo democrático na Bolívia
- Comunicado especial sobre a Colômbia

Comunicado especial sobre os desastres ocasionados pelo furacão Stan

Os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos solidarizam-se com os povos e os governos do México e dos países da América Central afectados pela passagem do furacão Stan, particularmente com a Guatemala e El Salvador, e lamentam profundamente as graves perdas humanas e materiais provocadas pelo referido desastre natural.

Por essa razão, comprometemo-nos a manter e incrementar a cooperação de emergência prestada até à data, e a conceder o nosso decidido apoio às actividades que visam a reconstrução e o desenvolvimento das áreas afectadas nos referidos países.

Do mesmo modo, fazemos um apelo à Comunidade Internacional para que se junte a estes objectivos.

Acordamos a entrada em funcionamento de um mecanismo de coordenação que facilite uma resposta eficaz em casos de catástrofes naturais na região, e solicitamos à SEGIB a apresentação de uma proposta que tenha em conta as experiências existentes.

Comunicado especial sobre troca de dívida externa por investimento em educação

Conscientes da urgente necessidade de aliviar o grave problema da dívida externa, que afecta muitos dos países da região, apoiamos examinar o desenvolvimento de iniciativas de troca de dívida externa por investimento em educação, que nos ajudem nos esforços que efectuamos em prol da Educação, no contexto do desenvolvimento dos nossos países e que permitam alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio nesta área.

Reiteramos o nosso compromisso, manifestado na XIV Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, de fortalecer o financiamento da educação, através da obtenção de recursos orçamentais adicionais e de uma gestão mais eficaz dos já existentes, e de, para tal, reforçar o diálogo entre os sectores políticos, educativos e financeiros.

Celebramos especialmente as iniciativas de troca de dívida por investimento social e em educação implementadas em diversos países ibero-americanos, e comprometemo-nos a convencer outros credores bilaterais e multilaterales da pertinência deste instrumento e da sua inclusão nas respectivas agendas.

Manifestamos a nossa satisfação pelos esforços realizados pela SEGIB e pela OEI no sentido de avançar na concretização de instâncias e mecanismos para a consideração de um projecto de Pacto Ibero-Americano para a Educação.

Comunicado especial sobre a violência contra as mulheres e a equidade de género

A violência contra as mulheres é uma grave violação dos direitos humanos e constitui uma das manifestações mais flagrantes da feminização da pobreza.

Comprometemo-nos, em consequência, a promover políticas que contribuam para erradicar a violência contra as mulheres e assegurar o pleno usufruto dos direitos e liberdades fundamentais das mesmas.

Na nossa agenda, daremos prioridade à promoção de políticas concentradas na questão do género e promoveremos medidas legais que garantam a concessão de poder económico, político e social às mulheres, convictos de que uma maior equidade contribuirá para a fortalecimento de sociedades mais democráticas e mais justas.



Cumbre
Iberoamericana

de Jefes de Estado y de Gobierno
Salamanca, España, 14 y 15 Octubre 2005

**Comunicado especial de Apoio e Cooperação para com os Países de Renda Média,
com o fim de promover o seu desenvolvimento e o cumprimento das Metas do
Milénio**

Reconhecemos e reafirmamos a importância e a necessidade da cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável dos países de renda média baixa, como complemento dos esforços nacionais efectuados, tanto para cumprir os seus programas prioritários nacionais, como os compromissos relativos à execução dos objectivos do milénio;

Destacamos a importância de adoptar novas medidas e mecanismos para que esses países possam superar os graves obstáculos ao seu desenvolvimento que enfrentam. Entre outros, poderiam incluir-se o estudo de novos programas de assistência, nem excluir nem diminuir a assistência financeira bilateral e multilateral ou os níveis de assistência ao desenvolvimento, a criação de fundos especiais de emergência e a troca de dívida por cooperação para o desenvolvimento, nomeadamente no que respeita à saúde, habitação, energia e protecção do ambiente, entre outros. Merecem especial realce os programas de troca de dívida por educação, promovidos por Espanha, no quadro da implementação de mecanismos financeiros inovadores para o desenvolvimento.

Comunicado especial sobre a situação na Nicarágua

Os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos, reunidos em Salamanca, Espanha, por ocasião da XV Cimeira Ibero-Americana, tendo em conta a importância de que o processo político, institucional, democrático e o legítimo exercício do poder na Nicarágua seja respeitado - incluindo o restabelecimento do equilíbrio dos Poderes do Estado - manifestam que o agravamento da crise institucional e política na Nicarágua põe em risco a governabilidade democrática do país, o legítimo exercício do poder e o estado de direito, com graves consequências sociais e económicas, actuais e futuras, para o povo da Nicarágua. Por esse motivo, instam às partes envolvidas para que mantenham um diálogo amplo e construtivo, isento de pressões e ameaças e em condições de igualdade, incluindo a cessação da aplicação das medidas que provocaram a escalada da crise institucional, e que respeitem o mandato livremente conferido pelo povo da Nicarágua ao Presidente Enrique Bolaños e a outras autoridades eleitas.

Insistem na importância de actuar para manter a institucionalidade democrática e alcançar acordos que preservem a governabilidade, o Estado de Direito e a estabilidade do país. De igual modo, consideram urgente a cessação imediata de qualquer acção que possa vir a agravar a crise política na Nicarágua.

Apoiam as diligências e os esforços regionais em prol de um diálogo nacional amplo e inclusivo, que permita alcançar soluções democráticas e garantir o fiel cumprimento dos acordos que se alcancem.

Comunicado Especial sobre a Iniciativa Água para a Vida

Reconhecemos a importância de avançar de forma decidida na operacionalização do Componente Latino-Americano da Iniciativa para a Água da União Europeia, e manifestamos o nosso interesse em reforçar os vínculos de cooperação que nos unem.

Por essa razão, solicitamos aos Ministérios correspondentes dos nossos países que avancem na formulação de um plano de acção que, em decorrência dos trabalhos já realizados, considere como eixo central uma gestão integrada dos recursos hídricos.

Esperamos que, por ocasião do IV Fórum Mundial da Água, que se realizará no México em 2006, seja possível alcançar um acordo com a União Europeia para a implementação desse Componente Latino-Americano.

Comunicado especial de apoio à luta contra o terrorismo

Reafirmamos o nosso compromisso de combater o terrorismo sob todas as suas formas e manifestações, em estrito respeito ao direito internacional, às normas internacionais de protecção dos direitos humanos e ao direito internacional humanitário, para o que, entre outras acções, reforçaremos as nossas legislações nacionais e promoveremos uma cooperação internacional activa e eficaz para prevenir, reprimir e eliminar qualquer manifestação deste flagelo. Outrossim, comprometemo-nos a tomar medidas para prevenir e eliminar o financiamento e a preparação de qualquer acto terrorista e a negar refúgio aos instigadores, financiadores, autores, promotores e participantes em actividades terroristas, em conformidade com o quadro jurídico internacional, inclusive as respectivas convenções internacionais e as resoluções relevantes da Assembleia-Geral e do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Reafirmamos a necessidade de evitar a impunidade daqueles que cometem actos de terrorismo e instamos todos os Estados a que, em conformidade com as obrigações que lhes são impostas pelo Direito Internacional, cooperem plenamente na luta contra o terrorismo, especialmente com aqueles em cujo território ou contra cujos cidadãos se cometam actos de terrorismo, a fim de encontrar, capturar, negar refúgio seguro e levar à justiça, com base no princípio do julgamento ou da extradição, aqueles que apoiem ou facilitem o financiamento, a planificação, a preparação, ou cometam actos de terrorismo, proporcionem refúgio seguro, participem ou tentem participar nesses actos.

Expressamos a nossa solidariedade para com as vítimas e famílias das vítimas do terrorismo sob todas as suas formas e manifestações, onde quer que as acções dessa natureza tenham ocorrido e independentemente de quem tiver participado e cometido as mesmas, de quem as tenha patrocinado e financiado e das motivações que se aleguem como pretexto de tais crimes.

Instamos todos os Estados a assegurar, em conformidade com o Direito Internacional, que a condição de refugiado ou asilado não seja utilizada de forma ilegítima pelos financiadores, autores, organizadores ou patrocinadores dos actos de terrorismo, e que não se reconheça a reivindicação de motivações políticas como causa de denegação dos pedidos de extradição de supostos terroristas.

Reafirmamos o Comunicado Especial sobre Terrorismo adoptado na XIV Cimeira Ibero-Americana e apoiamos as diligências para obter a extradição ou submeter à justiça o responsável pelo atentado terrorista num avião da *Cubana de Aviación* em Outubro de 1976, que causou a morte de 73 civis inocentes.

Reafirmamos o valor da extradição como instrumento essencial na luta contra o terrorismo e exortamos aqueles Estados que tenham recebido pedidos de extradição de terroristas apresentados por Estados membros da nossa Comunidade, a que procedam à sua devida consideração, com pleno cumprimento do quadro legal aplicável.

Apelamos a todos os Estados que não o tenham feito, a que considerem a possibilidade de aderir urgentemente a todas as convenções e protocolos relacionados com o terrorismo e a cumpra as obrigações derivadas de tais instrumentos, bem como de todos os acordos internacionais que os obriguem a prestar assistência jurídica, julgar e penalizar com prontidão e de forma adequada, aqueles que financiam, patrocinam, participam e cometem, actos terroristas - sempre no pleno respeito ao Direito Internacional, e respeitando os direitos humanos e o direito internacional humanitário -, em particular, os cometidos contra meios públicos de transporte de carga ou passageiros, contra representações diplomáticas, instalações turísticas ou outras instalações públicas.

Solicitamos aos Estados que, no âmbito das Nações Unidas, cooperem para resolver todas as questões pendentes, com vista à adopção de uma Convenção sobre Terrorismo Internacional do mais amplo alcance.



Cumbre
Iberoamericana

de Jefes de Estado y de Gobierno
Sobranca, España, 14 y 15 Octubre 2005

Comunicado especial sobre a necessidade de por fim ao embargo económico, comercial e financeiro imposto pelo Governo dos Estados Unidos da América a Cuba, incluindo a aplicação da chamada Lei Helms-Burton.

Considerando as referências efectuadas ao tema em questão, nas declarações de anteriores Cimeiras de Chefes de Estado e de Governo da Ibero-América:

Reafirmamos uma vez mais que na defesa do livre intercâmbio e da prática transparente do comércio internacional, resulta inaceitável a aplicação de medidas coercivas unilaterais que afectem o bem-estar dos povos e obstruam os processos de integração;

Reiteramos a mais enérgica rejeição à aplicação de leis e medidas contrárias ao Direito Internacional, como a Lei Helms-Burton, e exortamos o Governo dos Estados Unidos da América a pôr fim à sua aplicação.

Pedimos ao Governo dos Estados Unidos da América que cumpra com o disposto em 13 resoluções sucessivas, aprovadas na Assembleia-Geral das Nações Unidas, e que ponha fim ao embargo económico, comercial e financeiro que mantém contra Cuba;

Solicitamos em particular ao Governo dos Estados Unidos, que, com carácter imediato, interrompa a aplicação das medidas adoptadas no decurso dos dois últimos anos com o objectivo de fortalecer e aprofundar o impacto da sua política de embargo económico, comercial e financeiro a Cuba.



Cumbre
Iberoamericana

de Jefes de Estado y de Gobierno
Salamanca, España, 14 y 15 Octubre 2005

Comunicado especial sobre a questão das Ilhas Malvinas

Os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos, reunidos em Salamanca, Espanha, por ocasião da XV Cimeira Ibero-Americana, reafirmam a necessidade dos Governos da República da Argentina e do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte retomarem, com a possível brevidade, as negociações tendentes a encontrar uma rápida solução para a disputa de soberania relacionada com a questão das Ilhas Malvinas, em conformidade com as Resoluções das Nações Unidas, da Organização de Estados Americanos e as disposições e objectivos da Carta das Nações Unidas, inclusive o princípio de integridade territorial.

Comunicado especial sobre o processo de integração na América Latina e nas Caraíbas

Reconhecendo a imperiosa necessidade de aprofundar os processos de cooperação e integração económica entre os países da região, com o objectivo de desenvolver sociedades cada vez mais justas, solidárias e equitativas, nas quais a realização mais plena das potencialidades e a atenção integral às necessidades do ser humano constituam a motivação e o princípio orientador dos nossos esforços,

Saudamos as importantes iniciativas e os processos em curso, que visam aprofundar a cooperação e a integração dos esforços de desenvolvimento da região, em particular no contexto da América Latina e das Caraíbas, facilitados, entre outros factores, por uma história e uma herança comuns, por uma coincidência de valores e de interesses políticos, económicos e sociais, e, em particular, pelo compromisso na luta contra a pobreza e pela promoção do desenvolvimento sustentável e da democracia na América Latina e nas Caraíbas.

Saudamos em particular os avanços, a partir dos Acordos de Integração vigentes no quadro da ALADI, no fortalecimento do MERCOSUL, da Comunidade Andina de Nações e da iniciativa IIRSA; do Plano Puebla-Panamá (PPP), no quadro do SICA; e do CARICOM, bem como a formação, em Dezembro de 2004, da Comunidade Sul-Americana de Nações, como espaços de cooperação e concertação política e de promoção da integração regional;

Recebemos com satisfação os esforços dirigidos à promoção e ao fortalecimento de uma integração energética dos países latino-americanos e das Caraíbas, e, neste contexto, saudamos o avanço da iniciativa conhecida por PETROCARIBE, o Acordo de San José, o Acordo sobre o Projecto Rede de Gasodutos do Sul, e o Sistema de Inter-ligação Eléctrica dos Países da América Central (SIEPAC) com o México.

Reafirmamos que para os países da América Latina e das Caraíbas, a integração é uma condição imprescindível para aspirar ao verdadeiro desenvolvimento e asseguramos que apenas uma integração baseada na cooperação, na solidariedade e na vontade comum de avançar em conjunto para níveis mais elevados de progresso e de bem-estar para todos, poderia satisfazer as necessidades e anseios dos povos latino-americanos e das Caraíbas de potenciar o reconhecimento e o respeito pela sua identidade, património e independência.

Comunicado especial sobre o apoio às negociações entre a UE e a América Central e Comunidade Andina

Os Chefes de Estado da Ibero-América, recordando:

- a “Declaração Comum de intenções, relativa ao desenvolvimento e à intensificação das relações com os países da América Latina”, adoptada por ocasião da adesão de Espanha e Portugal à Comunidade Europeia, em 1985;
- as Resoluções do Parlamento Europeu 2000/2249 e 2002/2044;
- os Relatórios Finais das XVI e XVII Conferências Interparlamentares União Europeia/América Latina, realizadas em Bruxelas, em Maio de 2003, e em Lima, em Junho de 2005;
- a Declaração da Conferência interparlamentar euro-latino-americana, de Puebla, de Março de 2004; e,
- os compromissos assumidos na IV Cimeira de Chefes de Estado e de Governo ALC-UE, realizada em Guadalajara, em Maio de 2004, e reiterados nas Comissões mistas CAN-UE e UE-SICA de Janeiro de 2005

expressam o seu apoio às negociações entre a União Europeia e a Comunidade Andina e América Central, inclusive os Grupos de Trabalho de Avaliação Conjunta que examinam os requisitos óptimos a que aspiram os Estados Membros integrantes desses blocos económicos, e salientam que a realização de Acordos de Associação entre a União Europeia, a Comunidade Andina e a América Central, incluindo uma zona de comércio livre, é um objectivo estratégico comum. Por esse motivo, comprometem-se a efectuar todos os esforços para o lançamento das negociações durante a IV Cimeira de Chefes de Estado e de Governo UE-ALC, a realizar em Viena, em Maio de 2006.

Comunicado especial sobre a difusão e promoção de expressões ibero-americanas

Solicitamos à Secretaria-Geral que inclua no seu programa de trabalho, a análise das experiências televisivas nos diversos países da comunidade ibero-americana, com o objectivo de preparar propostas de cooperação, para a difusão e promoção das expressões artísticas, educativas, científicas e sociais da Comunidade Ibero-Americana.

Comunicado especial sobre o Haiti

Comprometidos com a soberania, a independência, a unidade e a integridade territorial do Haiti, e motivados pela solidariedade para com o povo haitiano, apoiamos o pleno cumprimento dos mandatos da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), para a qual contribuem diversos países ibero-americanos, e, de igual modo, manifestamente apoiamos, a conclusão do processo de normalização democrática no Haiti e a realização de eleições inclusivas, livres, imparciais, transparentes e democráticas. Confiamos que se mantenha a data de 7 de Fevereiro de 2006 para a transferência de poder do Governo Provisório para as novas Autoridades democraticamente eleitas.

Considerando a difícil situação económica, política e social que prevalece no Haiti, reiteramos a prioridade que constituem, para os países da Comunidade Ibero-Americana, a reconstrução e o desenvolvimento do Haiti, para os quais também contribuimos. Apelamos ao cumprimento efetivo dos compromissos assumidos pela cooperação internacional no sentido de apoiar os esforços e as prioridades nacionais do Governo do Haiti, que esperamos venham a ter continuidade depois da realização das eleições.

A Conferência Ibero-Americana estimulará e apoiará os esforços de cooperação bilateral, triangular e regional de países ibero-americanos com esse país. Neste contexto, solicitamos ao Secretário-Geral que realize uma missão ao Haiti para avaliar a situação, apoiar as autoridades locais e, em coordenação com as Nações Unidas e outros organismos internacionais envolvidos, estimulá-las no sentido de que se cumpra o processo eleitoral, tal como previsto. Ao mesmo tempo, o Secretário-Geral Ibero-Americana avaliará a situação de cooperação internacional com o fim de fazer recomendações que possam aperfeiçoar as contribuições dos países ibero-americanos.

Comunicado especial de apoio às iniciativas de alfabetização para conseguir o ensino primário universal

Os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos, no quadro da XV Cimeira de Salamanca, realizada de 14 a 15 de Outubro de 2005, reiteram a importância do desenvolvimento de programas, planos e iniciativas de alfabetização que fortaleçam sistemas educativos inclusivos nos nossos países, privilegiando a atenção à primeira infância, à população analfabeta ou com baixos níveis de escolaridade, aos deficientes, assim como a projectos para otimizar o ensino primário.

Em consequência, apoiamos as iniciativas nacionais e regionais sobre práticas de alfabetização, que almejam ao cumprimento dos Objectivos do Milénio e à concretização dos objectivos contidos no Plano de Acção Internacional do Decénio das Nações Unidas da alfabetização.

Reconhecemos ao Povo e ao Governo da República Bolivariana da Venezuela o sucesso conseguido através do Plano de Alfabetização Nacional, o qual permitirá que no próximo dia 28 de Outubro, esse país seja declarado Território Livre de Analfabetismo.

**Comunicado Especial de apoio ao fortalecimento do processo democrático na
Bolívia.**

Os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos, reunidos em Salamanca, Espanha, por ocasião da XV Cimeira Ibero-Americana, manifestam o seu reconhecimento e apoiam os esforços efectuados pelo povo boliviano e pelo Governo liderado pelo Presidente, Eduardo Rodríguez Veltzé, como contribuição importante para a democracia do país, para a pacificação da sociedade e para o diálogo como instrumento efectivo de participação democrática, bem como para a continuidade institucional. Isso permitirá preservar, ao mesmo tempo, o Estado de Direito e a estabilidade sócio-política a nível nacional.

Fazemos votos para que todos os actores sociais e políticos da Bolívia contribuam de forma efectiva para a consecução destes objectivos, a fim de que o calendário eleitoral estabelecido nos acordos nacionais seja cumprido sem alterações, garantindo-se, assim, a continuidade e a consolidação do processo democrático na Bolívia.

Comunicado Especial sobre a Colômbia

Os Chefes de Estado e de Governo dos países membros da Cimeira Ibero-Americana, reunidos por ocasião da XV Cimeira, realizada em Salamanca, nos dias 14 e 15 de Outubro de 2005, exprimiram o seu reconhecimento e apoio aos esforços que se estão a efectuar na Colômbia para o estabelecimento da paz. Saudaram a desmobilização em curso, tanto colectiva como individual, e o desarmamento de mais de 18.600 membros de grupos armados ilegais que cometem atos terroristas. e reconheceram a contribuição da Missão de Acompanhamento da OEA. Outrossim, salientaram a importância do processo de reinserção e do apoio às comunidades onde se verificaram estas desmobilizações, para garantir um processo de paz sustentável no quadro do estrito respeito pelos Direitos humanos e pelo Direito Internacional Humanitário.

Os Presidentes reconheceram que, para o sucesso do processo de desmobilização, desarmamento e reinserção, assim como para o de verificação, é necessária a participação da Comunidade Internacional.

Neste contexto, manifestaram o seu interesse em apoiar esta Missão, com o intuito de que se possa concluir de forma integral o seu mandato, e convidaram os países membros da Conferência Ibero-Americana, no que lhes corresponder, a estudar a forma de concretizar o referido apoio.